SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 12 DE JANEIRO DE 2013

ATA Nº 01

Aos doze dias do mês de janeiro do ano dois mil e treze, compareceram nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, Duarte Lynce de Faria, presidente da assembleia municipal, Baltasar Flávio da Silva, primeiro secretário da mesa, Luís Miguel Pires Pereira, segundo secretário da mesa e os membros João Gaio Sequeira, Leonardo Jacinto, José Carlos dos Reis (em regime de substituição), Nédia Cabecinha Correia, Nuno António Paulo Martins, José Manuel Mártires Balona, Serafim António Martins Inocêncio, Luzia Maria Carvalho Maurício, Juliana Sofia L. Madaleno, Rodrigo Manuel Peralta Peguicha, Joaquim António Hilário Queiróz, Mauro Jorge Pinto Félix, Maria Antónia dos Reis Mendes, Frederico Verde D'Orey, Maria de Jesus Zacarias D. Marques, Maria Antonieta Laurentino Santos, Ana Helena Carvalho da Silva (em regime de substituição), Rita Bebiana Cabral Rito, presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Arlindo José Paulino Passos, presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo, Décio Rodrigues Fava, presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Maria José Coelho Martins, presidente da Junta de Freguesia da Comporta, Albino António B. Francisquinho, presidente da Junta de Freguesia de São Martinho.

Compareceram, também, Pedro Manuel Igrejas da Cunha Paredes, presidente da Câmara Municipal, Hélder António Monforte Serafim, vice-presidente, e os vereadores Isabel Cristina Soares Vicente, Gabriel Afonso Leal Geraldo, António dos Mártires Balona, Ana Isabel Paulino Chaves e Manuel Vítor Nunes de Jesus.

Verificou-se a ausência dos membros, Rui Damião Conceição da Silva, Ilda Isabel M. Jacinto Rebelo, Alexandre Jorge Rebelo Mendes e Paulo Jorge Carmo Jacinto.

Pelas dezasseis horas e cinco minutos, verificou-se a existência de quórum, pelo que o presidente da assembleia municipal declarou aberta a sessão.

ORDEM DE TRABALHOS

1 – APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 28/09/2012;

DELIBERAÇÃO:

APROVADA POR MAIORIA, COM UMA ABSTENÇÃO DO ELEITO PELO BE.

2 - ACESSIBILIDADES, CIRCULAÇÃO VIÁRIA E URBANISMO (TOPONÍMIA, SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA, REPARAÇÃO DO CAÍS, ILUMINAÇÃO DO CAÍS, PARQUES DE ESTACIONAMENTO COMPORTA E CARRASQUEIRA, CICLOVIA PARA A PRAIA DA COMPORTA) - ESCLARECIMENTOS PELO EXECUTIVO.

Interveio a presidente da junta de freguesia de Comporta, Maria José Martins que começou por dizer que haviam feito uma visita ao caís palafítico da Carrasqueira antes da presente sessão, e como o executivo teve oportunidade de constatar, o local apresenta algumas necessidades de intervenção, tais como a iluminação que já há algum tempo foi pedida e a câmara não deu qualquer resposta, a manutenção do passadiço que de vez em quando precisa de ser avaliado para recuperação, porque é uma zona muito utilizada pelos pescadores, e não só, há muita gente que ali vai para visita e outras atividades. Sugeriu também que lá sejam colocados contentores para recolha do lixo porque o rio está cheio de pneus, baterias dos barcos e outros materiais, e então com os contentores era mais fácil sensibilizar os pescadores para lá colocarem esses materiais de modo a ser levado para os destinos certos.
Desde 2010 que vem sendo pedido pela junta de freguesia para que os parques de estacionamento da Comporta e Carrasqueira sejam feitos, porque existe espaço que pode ser aproveitado para esse efeito. É uma freguesia que na altura do verão tem sempre muita gente e os parques de estacionamento que existem são poucos para dar resposta.
Perguntou em que situação está o projeto da ciclovia até à praia, sendo um tema abordado há muito nas assembleias municipais.
Sugeriu que tentem encontrar, em conjunto, alternativas para o acesso do polidesportivo que desde que foi feito o Centro Escolar da Comporta ficou ali muito fechado e há alguma dificuldade em chegar lá.
Tendo conhecimento que os semáforos da Torre deixaram de funcionar por causa de um acidente, que a câmara teve conhecimento imediato, e até ao momento continuam sem funcionar, assim como os semáforos dentro da Comporta, dentro do bairro de cima e junto ao Museu do Arroz.
Quanto à sinalização rodoviária na freguesia, levantou algumas questões quando foi implementada, pediram compreensão à população no sentido de que se alguma coisa não corresse bem poderia ser alterada, e não há dúvida que as pessoas ficaram muito apreensivas porque a mudança traz sempre alguns problemas. Tanto a câmara como a junta de freguesia pensaram em deixar passar o verão à experiência para depois corrigir aquilo que poderia estar menos bem. Já foi concluído, já foi tratado com a câmara, já tem o projeto em sua posse e vai haver algumas alterações na sinalização da freguesia para melhoramento da circulação, e resposta à zona comercial da freguesia.
Sobre a toponímia informou que já estão em poder da junta de freguesia os azulejos com os nomes das ruas da Carrasqueira e dos Brejos da Carregueira para poderem colocar nas localidades. É a junta de freguesia que vai proceder à sua colocação, falta apenas encomendar os suportes para fazer o trabalho, aguardam depois a colocação do nome das ruas no Possanco, mas primeiro têm que fazer um estudo em conjunto com a herdade.

O deputado José Balona reforçou um pouco aquilo que foi dito pela presidente da junta em relação ao caís palafítico da carrasqueira, passaram por lá outra vez, à semelhança do que fizeram na última assembleia que houve na Comporta em 2012

e não houve evolução em relação às questões que foram levantadas dessa vez, tal como agora, perguntou o que é que podem fazer para que as coisas se resolvam.
É muito bom terem o caís palafítico da Carrasqueira nos destinos turísticos, com fotografias muito bonitas, mas a grande questão é que as pessoas que lá trabalham têm muitas vezes a sua vida em risco por causa da questão da falta de segurança, e para além disso há as viaturas que têm que lá chegar todos os dias sem condições.

O presidente da assembleia disse que a presença dos deputados e munícipes na constatação dos fatos e, ao levantarem os problemas, estão a contribuir para que eles se resolvam, procurando uma maior eficiência na gestão dos recursos. Percebe perfeitamente o que o deputado José Balona disse, e é por isso que a assembleia municipal tem como tarefa fundamental a fiscalização do executivo.

No sentido de dar resposta às questões levantadas, interveio o presidente da câmara afirmando que, antes que alguém dissesse que a Comporta estava abandonada pelo executivo, a primeira prova de que não está esquecida é o facto da assembleia municipal estar a fazer na localidade a presente sessão e que o executivo, apesar de ter poucos recursos, está a fazer coisas na Comporta.
Recordou que no verão passado fizeram uma alteração de sinalização horizontal e vertical que vinha sendo pedida há anos, de estacionamento e ordenamento, isso causou a polémica já referida. Nessa altura deslocaram-se à Comporta e houve até uma cena um pouco caricata pois a certa altura estavam duas pessoas da mesma família, uma a dizer que queria o trânsito para a esquerda, outra queria para a direita, então combinaram com a presidente da junta que não se ia alterar nada para experimentar como estava. Verificaram que afinal não houve assim tantos problemas, tendo surgindo, apenas, um problema concreto que era o acesso à rua comercial que faz todo o sentido e afinaram uma solução que tenta manter o acesso direto do Hotel à zona comercial.
Para além disso, havia uma obra também há muito tempo prometida na Carrasqueira que consistia na construção do acesso a um conjunto de moradias que estava por fazer, e que aos poucos tem sido feito.
Em relação ao Caís Palafítico, a última intervenção que foi feita começou com um pedido dos pescadores que solicitaram à câmara apenas o material, com o compromisso de que fariam a recuperação, as tábuas ficaram lá, a certa altura já estavam a desaparecer e ninguém pegou num prego, então quem acabou a obra foi a câmara contratando carpinteiros para a fazer.
No entanto, vão fazer mais uma reparação no Caís da Carrasqueira, nomeadamente tratar da iluminação que dá a sensação que nunca funcionou, portanto não é um problema de lâmpadas, há de ser um problema de ligação à rede eléctrica.
Dito isto, solicitou à população e aos utilizadores do caís para colaborarem com a câmara, é mais fácil ajudar quem quer ser ajudado, se for possível a câmara daria o material e alguém ajudaria na recuperação, porque se não houver essa boa colaboração será mais difícil. O acesso está uma vergonha, é urgentíssimo que passe lá a motoniveladora.
Perguntou à presidente da junta se a situação dos parques de estacionamento na Comporta não se tinha resolvido com a sinalização.
Sobre a ciclovia de acesso à praia, disse que através da CIMAL o executivo tinha um projeto para apresentação de uma candidatura conjunta entre a câmara de

Alcácer e a de Grândola para se fazer esse acesso por todas as razões já discutidas e nomeadamente a segurança durante a época do verão. É uma questão muito oportuna, simplesmente tem que ser através de um financiamento, uma ciclovia naquela zona, para além dos licenciamentos, é caríssima, portanto o executivo vai procurar elaborar uma candidatura através dos últimos financiamentos da União Europeia.
A questão do acesso ao polidesportivo não sabe do que se trata, terá que ser visto numa presidência aberta.

Interveio o vereador Hélder Serafim e disse em relação à iluminação do caís na Carrasqueira que a equipa de eletricistas da câmara já esteve a avaliar a situação no local, notaram claramente que há lá algumas deficiências, têm estado a fazer as correções, houve algumas lâmpadas que foram corrigidas, um armário de distribuição de energia que estava vandalizado, foi substituído. Estava previsto uma nova visita da equipa ao local durante a semana corrente. Em relação ao passadiço, já existe uma ordem de trabalho emitida para a equipa de carpintaria que irá avaliar qual o tipo de intervenção necessária no local.
Quanto aos contentores do lixo, o normal seria colocar um contentor qualquer, mas o tipo de material que lá está não é lixo normal, logo o seu encaminhamento não poderá ser feito normalmente, vai ter que haver uma separação prévia desses lixos.
Quanto à questão do acesso, a equipa de rede viária já tem a ordem de trabalho emitida. Informou que a motoniveladora esteve sensivelmente um mês e meio parada com uma avaria e perguntou à presidente da junta de freguesia qual era exatamente a intervenção necessária no Possanco. Segundo a resposta da presidente da junta, a intervenção necessária será num caminho de terra batido, num caminho de acesso ao caís.
Em relação aos semáforos, já contactaram a empresa que faz a manutenção e ainda não obtiveram resposta.
Sobre a sinalização rodoviária, como foi dito, esteve à experiência durante o verão, no final dessa época foi feito um balanço entre a junta de freguesia, a câmara e a GNR, foi feito o levantamento, foram feitas as correções entendidas como necessárias, esse plano de sinalização já estava aprovado e encaminhado para a EMSUAS fazer as correções.
Sobre a toponímia, embora não acompanhe esse processo, tem conhecimento que foi aprovado.

O deputado Luís Pereira interveio para relembrar duas questões que foram colocadas na última assembleia, a primeira tem a ver com sinais que estão na Torre que são ilegais. O vereador Hélder Serafim disse na última sessão que já tinha dado ordens para que os sinais fossem retirados, mas os sinais ainda lá estão, talvez fosse oportuno reforçar essa ordem para que eles sejam mesmo retirados.
A segunda questão tem a ver com uma sugestão que foi feita na última assembleia, para que fossem colocados na estrada que passa junto à Comporta, sinalização a indicar a existência de serviços comerciais, restaurantes, para que quem passa na Comporta tenha essa informação e quiser fazer uma refeição, ou usufruir de outros serviços. Foi feita essa sugestão, na altura o presidente da câmara pareceu sensível à sugestão e deu indicação de ela iria ser implementada. Perguntou se as placas vão, ou não, ser implementadas.

Interveio o deputado Federico D'Orey e referiu-se à questão colocada pela presidente da junta sobre a ciclovia, disse que faz todo o sentido, mas é uma questão que levanta problemas financeiros, e para que um dia a Comporta não seja referida nos jornais pelas piores razões, falou do facto de muitas vezes dois carros não se conseguirem cruzar na estrada, quando há um carro de maior volume, e ainda vão as pessoas encostadas aos carros. Se colocarem os *pin's* em estacas de madeira da aldeia até à entrada da praia, e se colocassem *tout-venant* e eventualmente uma passadeira, obrigava a que os carros só pudessem circular, num determinado sentido, pelo menos até à praia, ocupar uma determinada via, e poderia originar uma fonte de receita para a junta de freguesia, ou para quem fosse, a existência de um parque de estacionamento dentro da aldeia da Comporta, para que as pessoas tivessem sempre um acesso em segurança à praia.

O deputado Leonardo Jacinto referiu, relativamente à reparação do caís palafítico da Carrasqueira que o presidente da câmara tinha dito que houve pessoas que se responsabilizavam pelas reparações do caís e que a câmara daria o material, seriam os pescadores que fariam essa obra e, nesta sequência, perguntou ao presidente a quem é que a câmara tinha entregue o material.
No seu entender o caís deve ser reparado, mas deve haver alguém responsável por isso, e devia ser alguém da Carrasqueira que assumisse esse compromisso junto com os pescadores, ou então ser a junta de freguesia a coordenar esse serviço, sendo que o material seria cedido pela câmara.
Em relação ao que o vereador Hélder Serafim disse em relação ao armário que está instalado no caís, e utilizou o termo "vandalizado", para si é chocante, porque não se passou nada disso, e o vereador pode falar com os eletricistas que lá estiveram, com o pessoal que depois levantou o tijolo para colocar lá o dito armário. O que se passou foi que o quadro estava podre, o equipamento que estava lá dentro deteriorou-se pois criou muito salgadiço. Se o vereador disser que quando houve os vendavais a ponte caiu e derrubou os candeeiros que lá estavam, isso sim é a verdade.

Voltou a intervir a presidente da junta da Comporta para responder ao deputado Frederico D'Orey sobre a sugestão que fez, no sentido de substituir a ciclovia e realmente para evitar gastar muito dinheiro seria o ideal, mas essa zona é da responsabilidade da câmara de Grândola, logo é mais complicado de gerir. Teria que haver um protocolo entre as duas câmaras no sentido de poderem fazer essa obra.

O presidente da assembleia municipal disse que se há, ou já houve um projeto a nível intermunicipal na CIMAL, nada impede que possa haver um outro nas mesmas condições, e esse protocolo aqui para a zona da Comporta é cada vez mais importante, exatamente porque a zona está na fronteira entre os dois concelhos.
Outro aspeto que focou teve a ver com a iluminação do caís palafítico, pareceu-lhe que a caleira e o próprio cabo não estão em condições.
Também era importante saber o que é que o executivo fez relativamente ao cabo de alimentação da EDP que não está ligado, na questão do semáforo, pelo que perguntou se é necessária alguma intervenção da assembleia para que a EDP rapidamente resolva o problema.
Necessariamente a câmara e a assembleia são órgãos diferentes, a câmara tem as reuniões do executivo, a assembleia municipal, quando reúne, o executivo também

é chamado a estar presente mas a iniciativa desta sessão de hoje é exclusivamente da assembleia municipal. Quantas mais vezes se fizerem este tipo de reuniões descentralizadas, ou outro tipo de reuniões, seja por parte da assembleia municipal, seja pela parte da câmara municipal, necessariamente quem beneficia é o concelho, são os cidadãos e o trabalho de todos.

O presidente da câmara referiu que a sinalização da zona comercial da Comporta faz todo o sentido, e admitiu que já estava ordenada a execução, o problema é que têm dificuldades por terem poucos recursos humanos operacionais.
A questão da ciclovia e dos balizadores verticais propostos pelo deputado Frederico D'Orey fazem todo o sentido, porque era na prática trazer as pessoas à aldeia. Aliás tem a ver com uma sugestão que o deputado Rui Silva fez que era pedir autorização ao Ministério do Ambiente para fazer um acesso específico à praia da Torre e zona envolvente, com estacionamento, de modo a que quem viesse da zona da Tróia poderia fazer praia na Comporta, na praia entre a Torre e os Brejos da Carregueira e depois no Carvalhal, seria autorizado pelo ministério e seria devidamente vedada a zona de circulação e de estacionamento, era extraordinário.
O presidente afirmou que chegou a ver uma "pilha" de tábuas para serem usadas na recuperação do caís palafítico da Carrasqueira que depois foram pregadas pelos carpinteiros da câmara, quando era suposto haver ali uma parceria com os pescadores.
Esta assembleia aprovou o PPI para o ano de 2013, e sendo realista, realçou as cantinas escolares, por razões óbvias, como por exemplo existirem crianças que se não for a alimentação que comem nas escolas, não comem decentemente em casa, nomeadamente fruta, leite, etc.., há crianças que de manhã não tomam o pequeno-almoço; continuar com o projeto da escola do Morgadinho; às obras de ação social, no Torrão, Casebres, AURPICAS, etc.., e por último RUAS, não há dinheiro para mais nada, disse.
Acrescentou que se tivessem mais uma motoniveladora já tinham resolvido o problema do acesso ao Possanco há muito tempo.

Em resposta às questões colocadas interveio o vereador Hélder Serafim para esclarecer que pensou que a questão da sinalização na Torre já estivesse resolvida, vai averiguar a situação.
Em relação ao armário ter sido vandalizado e que até estava aberto, foi a informação que teve por parte da equipa de eletricistas, inclusive que tinha que ser substituído na íntegra.
Quanto à sugestão do deputado Frederico D'Orey em relação à ciclovia, a ideia é bastante original e interessante, mas a execução não é assim tão simples quanto possam pensar. Naquela zona há areia, e colocar *tout-venant* por cima da areia não sabe se iria resultar, porque para se colocar *tout-venant* em qualquer lado teria que se abrir um fundo de caixa, sendo que é uma zona com grandes quantidades de areia, até que ponto teria que se abrir o fundo de caixa. Por isso, muitas vezes quando se fala em certas soluções até são muito simples, parecem muito fáceis de executar, mas quando se trata da execução não é assim tão simples.

O deputado Leonardo Jacinto referiu que nunca levantou nenhuma questão que não fosse verdade, o armário estava nas condições normais, tinha um fecho ao centro que para ser aberto tinha que ser com uma chave que os eletricistas trazem

com eles, por dentro estava danificado, e viu isso juntamente com um engenheiro e outros eletricistas. O engenheiro disse que teria que ser um armário de PVC, por se tratar de uma zona onde cria muito salgadiço e aquilo apodrece tudo, foi o que o senhor disse, e foi o que o deputado viu, o armário nem sequer estava amolgado.

Interveio a deputada Nédia Cabecinha Correia para sugerir ao presidente da câmara, e em função daquilo que o próprio disse, que quando se quer que uma coisa resulte, que tenha eficácia, deve ser proposta uma jornada de trabalho, indicado o dia e pedir a colaboração das pessoas para que elas próprias se comprometam com a sua presença, gente que saiba trabalhar esses materiais, não é aparecer umas que começam a arranjar e depois os outros vão lá perguntar se querem ajuda, não é assim que as coisas se fazem, as coisas preparam-se. É esse tipo de ajuda que a câmara precisa, a colaboração exige organização, e essa organização parece que não existiu por parte do proponente que seria a câmara.

A deputada Maria Antonieta Santos referiu, sobre aquilo que o presidente da câmara disse sobre o caís palafítico, que o material foi lá posto e desapareceu, portanto terá sido furtado, pura e simplesmente, o que é uma acusação muito grave. Gostariam de saber quem é que foi lá por o material, que material é que foi lá posto, em que dia, porque estas coisas têm que ser esclarecidas, não se levanta assim uma suspeita sem mais nem menos, de que o material desapareceu.

DELIBERAÇÃO:

FORAM ANALISADOS E DISCUTIDOS OS PONTOS REFERIDOS.

3 - SANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS GERAIS (LIMPEZA NAS LOCALIDADES DO POSSANCO E BREJOS DA CARREGUEIRA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA) - ESCLARECIMENTOS PELO EXECUTIVO;

Interveio a presidente da junta de freguesia da Comporta e começou por sugerir ao executivo que sempre que a junta de freguesia solicite alguma informação sobre algum assunto, ou que arranjem qualquer coisa, toda a correspondência que chega da junta à câmara municipal, seja respondida, de modo a que tenham alguma informação correta para dar sempre que a população os questione, porque começou a ter conhecimento de algumas coisas que já estão a ser feitas relativamente ao ponto anterior que se tivesse sido informada teria esclarecido as pessoas, quando acaba por dizer que não sabe porque a câmara não responde. Ora, se afinal os trabalhos já estão em andamento, seria essa a informação que daria à população.

Gostaria que o presidente esclarecesse os presentes sobre a situação da ETAR na Comporta, sendo um assunto que se arrasta há vários anos e que se agrava cada vez mais, há mais gente na Comporta, logo mais despejos que vão parar ao rio.
Quanto à iluminação pública na freguesia, têm duas ruas que já há muito tempo não têm candeeiros, é a Rua dos Pescadores, e a Rua Manuel da Fonseca, gostaria que a câmara fizesse alguma coisa no sentido de dar iluminação àquelas ruas, porque a outra iluminação a EDP passa por lá, vê o que está por arranjar e põe

tudo em condições, mas neste caso concreto tem que ser a câmara a deliberar no sentido de serem colocados postes com candeeiros naquela zona.
Nos Brejos, ou seja, no cruzamento dos Brejos de Baixo até ao restaurante passa-se exatamente a mesma coisa, não tem qualquer iluminação, que já vem a ser pedida há bastante tempo.
Um assunto muito polémico e muito urgente é a questão dos cavalos que estão na Torre junto à população. O espaço onde estão estes animais não tem água canalizada, há pessoas que moram mesmo ali ao lado e as terras estão cheias de dejetos que vão certamente contaminar a água dos furos, seria importante que tomassem medidas urgentes no sentido de resolver esta situação.
Quanto à limpeza do Possanco e dos Brejos da Carregueira, é um processo que vem sendo trabalhado entre a junta e a câmara há muito tempo, ofícios para cá e para lá, por vezes a câmara não responde, e por último com tantas reclamações por parte da população, falou com o presidente da câmara por telefone e sugeriu que uma vez que a junta de freguesia não tem condições para limpar as duas localidades, nem tão pouco no protocolo consta verba para o fazer, nem a câmara reúne com a junta de modo a reverem o protocolo, e nem haveria verba destinada a esse efeito, já que são duas localidades cuja limpeza das ruas e manutenção dos espaços verdes não estavam incluídas no protocolo. Como tal, sem mais dinheiro a junta também não tem possibilidades de o fazer, e para além disso não têm pessoal, só têm um funcionário da câmara municipal que até está com problemas de saúde e nem todos os serviços pode fazer.
Entretanto, como andaram algum tempo a tentar resolver esta situação, sugeriu ao presidente da câmara que a junta de freguesia ficaria encarregue da limpeza do Possanco e a câmara limparia os Brejos da Carregueira. Após o telefonema fez um ofício e aguardou resposta da câmara que até então não existiu, mas uma vez que o presidente concordou com a sugestão quando falaram via telefone, a junta avançou com a limpeza do Possanco. Disse ao presidente que iram continuar com a limpeza do Possanco e espera que a câmara proceda rapidamente à limpeza dos Brejos da Carregueira porque as reclamações são muitas e as pessoas têm razão.

Interveio o presidente da câmara e pediu desculpa à presidente da junta porque uma carta que entra numa instituição pública, venha de onde vier, tem que ter resposta, no entanto há pelo menos uma atenuante, o concelho tem seis juntas de freguesia e com cinco das seis a câmara funciona de uma forma informal, não há correspondência trocada, quartas-feiras, nas presidências abertas, sempre sequencialmente reúnem com os presidentes de junta, vão visitar a freguesia na sua companhia de modo a ver as situações *in loco*, como fizeram neste dia, como não há essa ligação com a junta de freguesia da Comporta, e a culpa é de ambos, nunca conseguiram "acertar o passo", e depois vem a questão burocrática da correspondência, com as outras juntas não há problemas.
Quanto à iluminação disse que a EDP vende eletricidade, portanto, se a junta de freguesia, ou outra instituição qualquer, pedir para iluminar uma determinada zona, eles fazem o serviço. A questão é só perguntarem à câmara, porque é a câmara que paga a fatura, se aceita, logo a junta deve requisitar esses serviços à EDP.
Sobre os cavalos na Torre, já alguns moradores da Torre haviam colocado a questão ao presidente que pensou que era exagero porque lidou muito com cavalos e os cavalos, de uma maneira geral, não incomodam nada, não há cheiros, são animais que comem palhas, mas ali não, chegou lá e viu cavalos com

os cascos na própria urina, isso até apodrece os cascos dos cavalos, e portanto está em causa o disparate de terem ali estrumes a 10 metros do poço, depois há uma linha de água, por azar foram logo meter os cavalos no pior sitio, porque a palha com a água, com as fezes dos cavalos que estão molhadas, fica um cheiro insuportável. Aquela questão tem que ser resolvida rapidamente, e obviamente através da delegação de saúde, visto que a câmara não tutela essa área. Pediu desculpas aos moradores da Torre que têm toda a razão em reclamar.
Em relação ao compromisso que assumiu com a presidente da junta em relação à limpeza dos Brejos da Carregueira irão ser cumpridos.

Registou-se a intervenção do vereador Hélder Serafim que esclareceu, em relação à questão da iluminação pública, que os dois ofícios que chegaram à câmara já foram encaminhados para a EDP, no momento estavam a aguardar porque é a EDP que executa o serviço. Sobre a substituição das lâmpadas disse que a EDP tem por hábito repô-las de seis em seis meses, mas é de conhecimento público, e vem na fatura, que não é necessário esperar seis meses para virem substituir umas lâmpadas, porque existe um número verde de chamada gratuita, que qualquer pessoa pode ligar e dizer que existe uma lâmpada que precisa de ser substituída. A questão dos Brejos da Carregueira também já foi encaminhada para a EDP.
Em relação a ETAR, como é de conhecimento o Sistema em Alta passou para as Águas do Alentejo, a ETAR da Comporta é da responsabilidade deles. No momento as Águas do Alentejo já tinham a ETAR de Alcácer adjudicada, a ETAR da Comporta era para ser executada, sensivelmente em 2014, mas devido à crise económica e por concordância dos 21 municípios decidiram deferir no tempo as obras que seriam necessárias. A previsão que chegou à câmara é que a ETAR da Comporta tem a execução prevista para 2016.
Quanto à limpeza dos Brejos da Carregueira, teve conhecimento de alguns pormenores naquele momento o que vai criar muitos problemas em termos de planeamento do trabalho. Há um ano atrás, depois de muitas reclamações, a câmara teve que juntar partes de três equipas e fez uma intervenção de fundo na limpeza dos Brejos, nessa altura foi logo dito que a câmara não tinha condições para fazer intervenções diárias porque não tinha pessoal para isso. Em setembro de 2012, numa assembleia municipal a presidente da junta em conversa informal com o vereador ficou a saber que não havia condições porque a equipa de espaços verdes tinha elementos de baixa e para conseguir assegurar os espaços verdes em Alcácer já era obrigado a recorrer a POC's. Ficou surpreso quando duas semanas depois recebeu uma carta a dizer exatamente o contrário daquilo que tinham conversado. Uma vez que o presidente da câmara assumiu essa responsabilidade, vai ter que corrigir essa situação, e voltou a dizer que lhe vai causar graves problemas e possivelmente terá que contratar alguém porque continua a não ter meios humanos para executar esse serviço.

A presidente da junta de freguesia acrescentou que pelo que entendeu da conversa houve falta de comunicação, neste caso entre o presidente da câmara e o vereador, quando mandou o oficio foi na sequência da conversa que teve ao telefone com o presidente, e ficou satisfeita porque se a câmara tem dificuldade em dar resposta à limpeza dos Brejos da Carregueira, mais dificuldades tem a junta e para além disso não consta do protocolo. Pediu uma reunião à câmara no sentido de reverem o protocolo e essa reunião nunca aconteceu, foi-lhe dito que mesmo que fizessem essa reunião a câmara não tinha condições financeiras para

repor o protocolo, se não tinha condições tinham que chegar a um acordo, a população é que não poderá ficar prejudicada, assim como a junta também tendo menos condições, menos recursos financeiros e humanos, lógico que tinham que chegar a um consenso.
Referiu que recebeu um e-mail do Eng.º Pedro Repolho e que não gostou dos termos em que se dirigiu à sua pessoa.
Sobre o que o presidente disse pelo facto do executivo não fazer presidências abertas na Comporta, esclareceu que há outras formas de chegar à informação e à resolução das coisas, sempre soube e sempre assim aconteceu, quando alguém pede informação sobre alguma coisa, ou quando estão a tentar resolver algum assunto qualquer entidade tem obrigação de dar resposta, não compreende porque, até porque hoje em dia há muitos meios de resposta. Mesmo sem haver presidências abertas a situação dava-se da mesma forma, iam lá, viam o que havia para fazer, as coisas não se resolviam, e a junta continuava à espera de saber se as coisas estavam ou não a ser resolvidas.

O presidente da assembleia referiu que vê nas assembleias descentralizadas, cada vez mais, uma possibilidade, não apenas de contacto com as populações, como também de interação entre os órgãos municipais que é mais necessário do que à partida se poderia pensar, mas acha que isto é um bom princípio.
O importante era esclarecer que a partir daquele momento, por exemplo, a câmara assume a parte da limpeza dos Brejos da Carregueira e a junta assume a parte do Possanco. Quanto às responsabilidades políticas os deputados tirarão quando entenderem, mas estavam lá, mais do que isso, para resolver situações, e por isso é bom este tipo de contacto, terem andado no terreno a ver as coisas, e por isso felicitou o entendimento num começo de discordância, mas para se arranjarem soluções que é para isso que foram eleitos.

O deputado Luís Pereira interveio e começou por dar conta de uma inquietação que alguns fregueses da Comporta lhe transmitiram, e tem a ver com a existência de alguns galinheiros, também patos, gansos, na zona junta à estrada que passa junto à aldeia da Comporta, onde havia antigamente um restaurante que agora está desativado. Houve pessoas que lhe perguntaram se estavam acauteladas todas as questões de saúde pública, pelo que pediu ao executivo que tivesse essa questão em conta.
Sobre os cavalos que estão no sítio da Torre disse que ouviu o que o presidente falou sobre o assunto, que julgava que era exagero o que lhe diziam, saudou os comentários do presidente, acha que quando as pessoas estão erradas é um sinal de grandeza admitir o erro e mudar o caminho. Espera realmente que o presidente mude o caminho e que a questão seja resolvida. No entanto, não pode deixar de dizer que há pelo menos três assembleias que ele próprio fala dos cavalos na Torre e de como eles são um perigo para a saúde pública, e o presidente disse que isso não representava nenhum perigo, que não havia qualquer problema, e sempre que o deputado voltava a falar da questão o presidente de alguma forma ignorava, dizendo que se tratava de uma questão menor, finalmente o presidente percebeu que se trata de uma questão maior e que interessa muito.
Afinal o presidente há três assembleias que andava a dar respostas às inquietações de um deputado com uma grande certeza sobre um assunto de que afinal não tinha conhecimento do que falava, é de facto grave, mas quer acreditar que isto não se repetirá, às vezes é bom ouvir o que os deputados têm para dizer, o que as

pessoas têm para dizer, e quando não sabem, irem aos sítios e ver o que é que se passa.
Se bem percebeu as cavalariças que estão na Torre não estão licenciadas, ora o assumir que aquilo é uma ilegalidade e agir de acordo com isso já é meio caminho para resolver a questão.

Interveio o deputado José Balona para dizer que deve ficar bem claro que já é a terceira assembleia que falaram na questão dos cavalos na Torre, e por parte da assembleia não há nada contra esta atividade, agora de facto a situação com que se depararam é bastante grave, aquilo é uma questão de saúde pública, mas não podem imputar as culpas só à tutela, a assembleia tem que exigir que se dê passos para resolver esta questão. Se a câmara já oficiou a delegação de saúde e levaram tempo a responder, se for preciso vai-se diretamente ao ministério, aquilo não pode continuar, tem a ver com uma tutela, mas também tem a ver com uma população que é deste concelho e a câmara também recebeu votos desta população. Há inclusive uma comissão de moradores que há muito tempo vai às sessões de câmara falar destas questões e nada tem sido feito. É uma situação de facto gravíssima, há ali moradias que estão a 20, 30, 40 metros daquilo, são zonas arenosas, e há furos de água onde as pessoas se abastecem, que é outro problema naquela zona, o abastecimento de água.
Sugeriu que a assembleia municipal, com a força que tem, faça também alguma coisa porque parece-lhe que as coisas estão a ficar só pelas sugestões e nada de concreto é feito.
Seja qual for a junta de freguesia, é uma instituição, é um poder autárquico, têm que responder seja qual for o assunto, isto não se faz, é um "voltar costas" a um órgão autárquico que a população da Comporta elegeu.
É importante haver as assembleias descentralizadas, a câmara faz as presidências abertas, mas pelos vistos já há três assembleias que se fala na questão dos cavalos e já fizeram de certeza presidências abertas naquela zona e não viram em que condições é que aquilo está, ao fim ao cabo as presidências abertas acabam por ser só passar pelos locais e não ouvem as populações, não falam com as pessoas.

O deputado Frederico D'Orey disse que todos na assembleia municipal começaram a trabalhar, e posteriormente até numa Comissão de Ambiente na questão do tratamento do mosquito que é muito importante para o desenvolvimento turístico de toda a região entre a Comporta e Alcácer do Sal. A câmara municipal o ano passado disponibilizou uma verba, verba essa que posteriormente não avançou porque se colocava um produto não tóxico mas que era para a agricultora biológica e que também combatia o mosquito. Essa situação partiu para o Ministério da Agricultura que passou a ter que interagir com o Ministério da Saúde e dado que esta região tem as características que tem para o turismo e para o desenvolvimento do turismo, sendo o mosquito, como todos sabem, um insecto que para além de prejudicar o turismo pode ser portador de doenças no futuro, e é no presente, perguntou ao executivo em que situação se encontra essa matéria, se há alguma resposta.

Interveio a deputada Maria Antonieta Santos para dizer em relação à situação dos cavalos que é evidente que se uma pessoa tiver uma cavalariça com um ou dois cavalos a situação é completamente diferente, não sabe quantos cavalos estão na Torre, supõe que serão muitos e acha que é uma coisa boa ter cavalos, agora o

Ministério da Agricultura é a entidade responsável por estas situações, mas a câmara também o é. Questionou o facto de a câmara permitir que uma situação daquelas aconteça, com tantos cavalos, com pessoas a viver ali ao lado, com os afluentes desses animais a infiltrarem-se no solo, poderão contaminar as águas subterrâneas, é um problema de saúde pública. As cavalariças possivelmente podem lá estar, mas a câmara tem que chamar lá os técnicos do Ministério da Agricultura, cabe-lhes a eles avaliar as condições. A presença do Ministério da Saúde é solicitada pelo Ministério da Agricultura, a não ser que façam uma queixa direta à delegação de saúde, também pode ser feita pelos moradores. Os dejetos dos animais é um fertilizante ótimo quando bem tratado, agora quando é demais e sem controlo acaba por estragar os solos e as águas.

Registou-se a intervenção da deputada Luzia Maria Maurício que referiu que de facto estas assembleias descentralizadas são sempre uma mais-valia para junto das populações auscultar mais diretamente os seus problemas, e também é um bom momento entre os diferentes órgãos autárquicos, como referiu o presidente da assembleia. Aliás, esta assembleia, sendo extraordinária, tem a particularidade de, por ter sido solicitada pela presidente da junta de freguesia da Comporta, na sua ordem de trabalhos ser composta por esclarecimentos do executivo.
Tem vindo a ouvir os esclarecimentos que o executivo tem vindo a prestar durante a presente sessão, e é notável a ligeireza com que o presidente da câmara trata os assuntos, presta esclarecimentos sobre as diferentes questões, algumas delas bem graves que têm sido levantadas. Tomou duas ou três notas de assuntos que foram levantados que lhe parece de salientar, nomeadamente a questão da sinalética para os serviços e comércio na localidade, a questão da reparação do caís palafítico, onde o presidente em duas ou três palavras remete para um processo contra desconhecidos a não solução do problema, uma outra questão que foi levantada chegou ao cúmulo de em questões onde não há forma de remeter para quem quer que seja, porque já têm remetido até para os funcionários, a não solução dos problemas, quando se trata de uma dificuldade de comunicação com a junta de freguesia, é notável de facto esta ligeireza no tratar destes assuntos, no responder, nos esclarecimentos do executivo. A questão dos cavalos na Torre é um exemplo bom para esta ligeireza com que os assuntos são tratados, o presidente disse que achava que não fosse tanto. Recordou a reunião de câmara onde este assunto foi abordado por um representante da comissão de moradores da Torre que levantou esta questão com alguma pertinência, data de 19 de maio de 2011, o presidente desde essa data até hoje não tinha noção que o problema fosse desta dimensão, é de facto notável a ligeireza com que responde a estes problemas graves, como se e em última instância, os responsáveis últimos, os responsáveis políticos e executores, porque não se podem responsabilizar os serviços, como se o executivo e os vereadores permanentes não tivessem em si a responsabilidade de monitorizar estas questões, de verificar se as suas ordens estão ou não a ser cumpridas, e efetivamente não deixar passar isto e cair no esquecimento.

Sugeriu que nas próximas sessões da assembleia municipal informassem os deputados sobre o desenvolvimento das questões apresentadas.
Perguntou ao executivo o que é que preciso para irem tirar os sinais na Torre, passou tanto tempo e ainda nem sequer sabiam que os tais sinais que assumidamente estão ilegais ainda não foram tirados.

Interveio o deputado Serafim Inocêncio que ouviu muito atentamente todas as intervenções, da presidente da junta de freguesia, dos deputados e do próprio executivo, pensa que as coisas por vezes, quando se fala com ligeireza, por vezes os termos não são é os mais adequados, porque quando se fala em ligeireza dá a sensação que muitas vezes o executivo não fala de uma forma aberta e precisa, o medir a palavra por vezes também é muito importante para sabermos compreender e perceber aquilo que cada um tem na sua ligeireza de falar.
Uma das coisas que também o preocupa é a questão da partilha e do saber ouvir, pensa que isso é tão importante para a junta de freguesia como para o próprio executivo, saber ouvir, saber partilhar, e saber também dialogar sobre os problemas todos que existem na freguesia. São problemas que todas as freguesias têm, todos os problemas existem e as coisas podem ser resolvidas de forma colaborativa, partilhada, seja por carta, por e-mail, até pode ser uma conversa formal, mas as coisas devem ser partilhadas entre as instituições, devem saber ouvir.
Em relação aos cavalos na Torre, estava completamente de acordo com aquilo que foi dito por todos, acha que a assembleia municipal tem que tomar uma posição clara sobre este assunto, porque é um assunto que já vem de há muito tempo atrás, e como disse o deputado José Balona, não estão a por em causa a atividade em si, que é uma atividade como outra qualquer, que pode desenvolver-se numa outra situação e ser uma mais-valia para a freguesia, mas tem que se ter atenção às questões de saúde pública e na situação mais elementar que esta situação cria à própria população, devem ter algum cuidado e deve ser visto seja pelo ministério da agricultura, seja pela autarquia, seja com um parecer ou uma tomada de posição desta assembleia, deve ser resolvido o mais depressa possível.

O deputado Frederico D'Orey referiu a questão da obra do Centro Social e Paroquial da Comporta e do trabalho de apoio do Pde Adalberto. Há um prazo de candidatura, há um prazo para se poder trocar o edifício atual que não tem condições e não é possível avançar com a obra, infelizmente essa troca foi votada maioritariamente contra pela CDU e BE na assembleia municipal anterior e seria importante voltar a falar dessa situação. Perguntou ao presidente da assembleia se havia possibilidade de introduzir este ponto na ordem de trabalhos, sendo muito importante para a população e para os idosos da freguesia avançar com essa obra.

O presidente da assembleia explicou que as assembleias extraordinárias não admitem mais nenhum ponto a não ser aqueles que estão previstos.
Não há nenhum elemento novo proposto pelo executivo que eventualmente pudesse reavaliar o processo no momento, o que pode ser feito é deixar a pergunta ao executivo sobre o que é que tenciona fazer.
De facto numa assembleia extraordinária não podem fazer votações de recomendações, porque não está previsto, mas da mesma forma como um grupo municipal, e no ponto-4 seguinte iria fazer uma proposta de recomendação que seria entregue sem votação ao executivo, propôs, para não deixarem passar mais tempo, uma recomendação ao executivo nos seguintes termos, referindo-se concretamente à questão dos cavalos:

"A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão extraordinária em 12/01/2013, envia a seguinte recomendação, sem votação e dada a urgência que o assunto requer, à Câmara Municipal de Alcácer do Sal, propondo o seguinte:

a) Oficiar o Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território sobre as condições de funcionamento da atividade de utilização de cavalos situada na Torre;
b) Oficiar a Delegação de Saúde sobre as condições de funcionamento da atividade referida no que respeita às condições de salubridade gerais e especificamente para o aquífero que serve a população;
c) Diligenciar para que os serviços da CMAS verifiquem e monitorizem as condições do aquífero que serve a população;
d) Diligenciar para que os serviços da CMAS verifiquem o estado e condições de licenciamento da atividade da competência específica da CMAS, mesmo que sejam necessárias outras ações ao nível dos departamentos do Estado com competência na matéria."

Acrescentou que a Assembleia é um órgão político, e os órgãos políticos não responsabilizam funcionários, isto é uma regra de ouro, os órgãos políticos devem trabalhar a questão política e devem salvaguardar o trabalho dos funcionários. Pediu a todos os deputados e a todos os membros dos órgãos políticos que melhor ou pior, e independentemente daquilo que fizerem quando saírem da assembleia, na assembleia municipal salvaguardem o papel de todos os funcionários que trabalhem com eles, porque são "nossos" funcionários, e porque terão também boas razões, no exercício do contraditório para poderem dizer se foi assim ou não foi. Uma coisa é certa, os responsáveis políticos têm que responder politicamente pelos órgãos, é disso que se trata.

O presidente da câmara respondeu em relação à questão dos galinheiros que se encontram à beira da estrada na aldeia da Comporta, pediu, uma vez mais, a colaboração da presidente da junta, que já pediu à câmara colaboração para atuar junto da delegação de saúde, fizeram um oficio conjunto, no momento ainda não tinha mais informações mas irá insistir junto da delegação.
Em relação à questão dos cavalos, disse que o problema não tem nada a ver com cavalos, tem a ver com uma questão muito simples, e isso é normal, o próprio também o faz, as pessoas têm todas a tendência para não querer os incómodos da civilização, do turismo, da atividade económica, mas para querer desenvolvimento económico.
Todos os dias ouve dizer que têm que desenvolver o turismo, mas e depois quando têm o turismo por perto, as obras, etc.., já não querem, foi por isso que atribuiu algum exagero à questão. Agora já viu que não há exagero nenhum por parte dos queixosos, a ocupação não está licenciada e já fizeram uma queixa à delegação de saúde que vão ter que repetir.
Sobre o problema dos mosquitos disse que não há turismo com mosquitos e se calhar muitas das operações turísticas que poderiam haver em Alcácer e que gerariam economia não se fazem por causa dos mosquitos. O problema é sempre o mesmo, das vezes que reuniram empresários para cofinanciarem a ação contra os mosquitos, todos disseram que sim, mas depois ninguém se chegou à frente quando chegou à altura. A câmara chegou a ter uma verba em orçamento para em conjunto com outros parceiros tratar este problema, a Herdade da Comporta foi a única que pagou um estudo, o resto dos parceiros não avançaram, logo o projeto não teve desenvolvimento.
Quanto ao Centro Social e Paroquial da Comporta referiu que a proposta de permuta de edifícios foi rejeitada na assembleia municipal, então para não

comprometerem a candidatura o serviço jurídico está a estudar a melhor forma de resolver o assunto.
Disse ainda que se há coisa que se aprende nas assembleias é a saber ouvir.
Informou que irá pedir informações sobre a forma como está a ser monitorizado o furo existente na lota da Carrasqueira.

Interveio a deputada Nédia Cabecinha Correia que achou que a forma como o presidente exprimiu o caso da permuta dos edifícios não foi a mais correta. A assembleia municipal recusou a formulação do texto, não a permuta, mas sim a forma como o texto estava escrito que não acautelava os interesses da câmara, porque uma vez permutado poderia acontecer que se o edifício não fosse usado para o fim a que era destinado, e que a permuta se destinasse exatamente para esse fim, não estava devidamente acautelada caso isso acontecesse. Todos concordam vivamente que o edifício seja destinado a esse fim, agora a forma como o texto estava preparado é que não acautelava os interesses da câmara, e foi essa necessidade de reformular o texto que levou à rejeição daquele texto, não daquela pretensão.

Voltou a intervir o deputado Serafim Inocêncio no sentido de repor a verdade, o PS aprovou essa proposta de deliberação, quem não aprovou foi a CDU e o BE, pelos motivos imputados, sejam eles quais forem, é da responsabilidade de cada partido recusar ou não, e assumir a sua responsabilidade, não andamos agora aqui às voltas, a verdade é que a proposta não foi aprovada por maioria, seja por que razão for, o que foi proposto era a permuta de edifícios para a aprovação de um determinado projeto e de uma candidatura, não estavam em causa determinadas situações.

Interveio a deputada Maria Antónia dos Reis Mendes para dizer que não era sua intenção falar neste assunto naquela assembleia, uma vez que não estava incluído na ordem de trabalhos, mas sendo assim entendeu esclarecer o seguinte:
"Mais grave do que isso, que era incluir de facto aquela recomendação que tínhamos falado sobre o uso e que a vereadora recusou aceitar, nós queríamos salvaguardar a população da Comporta, ou seja, hoje é uma direção, amanhã é outra direção, e queríamos ter a certeza que os fins em vista eram prosseguidos.
Mas mais grave do que isso é o seguinte, tal qual como eu tive oportunidade de dizer ao presidente da assembleia que necessitava de mais elementos, e necessitava realmente, é que aquilo que nos foi apresentado, eu depois vi com mais cuidado, e vi que de facto aquele contrato de promessa não tem condições para prosseguir, e se uma escritura fosse feita daquela forma, tenho quase a certeza que não havia notário nenhum que o aceitasse. Eu fui saber - era isso que devia ter vindo junto - e a bancada da CDU pediu a descrição do prédio a permutar porque o prédio da câmara tinha descrição e o do Centro Social da Comporta não tinha, então como não me foi apresentado o documento fui à conservatória e pedi elementos e verifico que aquele terreno já foi doado em direito de superfície ao Centro Social com ónus registados. Ora bem, pergunto, então que negócio é este? O que é que vão permutar se o terreno foi cedido em direito de superfície sujeito a um regulamento, que eu não tenho, terei que o pedir, e com ónus inscritos a favor do município e que as benfeitorias inclusivamente, teriam que reverter a favor do município. Pergunto, então foi um negócio feito com alguma leviandade, e que me perdoem, mas tenho que dizer isto, então vem-se

propor a uma assembleia que seja feita uma permuta, num lado era uma alienação, no contrato depois já era uma doação, mas depois era uma permuta, vem-se propor um negócio destes? Sem sequer juntarem os documentos em condições? Se aqui estamos a discutir este assunto aqui hoje é porque temos património na Comporta, é porque devemos à CDU este património, porque se não sabem ficam a saber que a câmara de Alcácer do Sal foi a única que conseguiu o registo das suas desanexações aqui, aqui e em tudo o concelho. A CDU quer continuar a defender os interesses desta população, queríamos ter a certeza que este edifício, a ser construído, era de facto para as pessoas da Comporta, e não para virem fazer algum negocio mais tarde."

O presidente da assembleia esclareceu que a Mesa não tinha qualquer conhecimento disso, o assunto foi levantado por um deputado e não caberá à Mesa impedir a sua discussão. Pediu à deputada que fizesse chegar todos os documentos que tenha disponíveis para que essa análise possa ser feita, porque necessariamente uma das coisas que é importante, é arranjar uma solução se efetivamente assim se entender, ou não, mas isso já não depende essencialmente dessa vontade. Agora, tudo aquilo que seja importante para esclarecer a verdade dos factos é muito importante, pedindo à deputada Maria Antónia que faça chegar o mais depressa possível os elementos de que dispõe , quer à assembleia, quer ao executivo.

Interveio a deputada Luzia Maria Maurício para manifestar o desagrado, o descontentamento, e a total oposição da bancada da CDU em relação à postura do presidente da câmara e não só, relativamente à festa da batata-doce que lamentavelmente, mais uma vez, iria ser feita na freguesia do Carvalhal, ainda durante o mês de janeiro, com o apoio daquela freguesia e da câmara de Grândola e por ser irredutível a posição do presidente da câmara em não apoiar esta festa, quiseram deixar um manifesto de total oposição a essa postura do presidente.

DELIBERAÇÃO:

FORAM ANALISADOS E DISCUTIDOS OS PONTOS REFERIDOS.

4 - ENCERRAMENTO À CIRCULAÇÃO EM CAMINHOS RURAIS NA FREGUESIA DA COMPORTA - DEBATE E DISCUSSÃO SEGUIDO PELOS ESCLARECIMENTOS DO EXECUTIVO;

O presidente da assembleia municipal informou que o grupo municipal da CDU entregou à Mesa uma Proposta de Recomendação sobre a questão dos caminhos rurais, a qual foi entregue ao executivo sem votação.

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO_CDU

"Alcácer do Sal dispõe de um vasto potencial de recursos turísticos. Particularmente a Freguesia da Comporta dispõe de um ambiente natural e paisagístico de qualidade que se destacam.

É competência do Poder Autárquico Local promover e apoiar o desenvolvimento do turismo enquanto importantíssimo sector de atividade económica, acautelando um rigoroso ordenamento do território e promovendo a valorização do património cultural, ambiental, natural e paisagístico.

O desenvolvimento da atividade turística deve ser feito de forma sustentável e orientado para um processo de integração no meio social e economicamente inclusivo, respeitando o desenvolvimento humano, social e económico das populações locais.

O processo de licenciamento para encerramento à circulação em caminhos rurais na Comporta proposto pela Herdade da Comporta-Act., Agro Silvícolas e Turísticas em análise na Câmara Municipal de Alcácer do Sal, não observa nenhum dos princípios enumerados o que só por si o torna passível de rejeição, para além do incumprimento legal que o mesmo consubstancia.

Não sendo contudo apenas uma questão legal importa ainda assim que a este processo seja feito o devido enquadramento.

Do Direito:
Não está definida na nossa lei a caracterização de caminhos públicos.
A nível de doutrina e jurisprudência as opiniões quanto á sua definição assentam essencialmente, em torno de duas fases:
1° a que atende ao critério da construção e manutenção do caminho, isto é, são públicos os caminhos construídos e mantidos pelo Estado ou uma autarquia local, afectos ao uso público.
2° a que atende ao critério do uso, isto é, são públicos os caminhos que estão no uso público, que são utilizados por toda a gente, pouco importando saber quem os construiu e mantém. O uso imemorial origina presunção de publicidade.

Considerando o Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 20-04-2010 bem como no Assento do Supremo Tribunal de Justiça de 19/04/89 (DR de 02/06/1989) hoje com valor de acórdão de uniformização e jurisprudência; " ***São caminhos públicos os caminhos que, desde tempos imemoriais, estão no uso direto e imediato do público". A jurisprudência do STJ, no entanto passou a interpretar restritivamente o mencionado assento, exigindo que, além da afectação ao trânsito das pessoas com imemorialidade, essa utilização corresponda a satisfação de interesses colectivos com atendível grau de relevância ".***

Em 10/11/1993 o S.T.J. proferiu o acórdão, em que se lavra: **"deve o uso do caminho visar a satisfação de interesses colectivos de certo grau ou relevância (...)".**

No mesmo sentido, o Tribunal da Relação de Coimbra em acórdão de 21/10/1997, proferiu: " Reveste a natureza de caminho público originado pelo uso direto, imediato e imemorial, aquele que constitui a única via de comunicação direta entre localidades. Dado o índice de utilidade pública e, ao mesmo tempo corresponder a um interesse colectivo relevante(...)".

António Carvalho Martins apresenta como noção de caminhos públicos "***aqueles cuja propriedade pertence ao Estado ou às autarquias locais (em virtude de terem procedido á sua construção ou deles se terem apropriado desde tempos imemoriais), mantidos sob sua administração, afectos ao uso público, sem oposição de ninguém, sendo a todos lícito fazerem a sua utilização e tendo como únicas restrições as impostas por lei, ou pelos regulamentos administrativos*** - in "caminhos públicos e atravessadouros" 2ª edição. Coimbra Editora, Ldª 1990.

O parecer Jurídico emitido pela Drª Maria Alexandra Mendes Gil dos Reis Moreira em 08/04/2008 da CCDR-Alentejo sobre as atribuições e competências em matéria de ocupação de caminho rural e consequente litígio entre particulares pode ler-se: ***" Nestes termos se um determinado caminho se encontra no uso direto e imediato do público desde tempos anteriores à memória de pessoas vivas que desde sempre por lá passaram sem oposição de ninguém, estamos perante um caminho público insuscetível de apropriação privada".***

Pelo exposto conclui-se:

Os caminhos designados por: 1 - Caminho da Ponte da Cova; 2 - caminho da Torre; 3 - Caminho dos Brejos da Carregueira -A; 4 - Caminho dos Brejos da Carregueira-B e 5- Caminho do Carvalhal, na Freguesia da comporta, são caminhos públicos porque;

a) Desde tempos remotos ou imemoriais sempre foram utilizados pelo público sem oposição de ninguém;
b) Estão sob administração pública da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia no que concerne à sua conservação e manutenção e em alguns deles também a sua construção.
c) São destinados á satisfação da utilidade pública, uma vez que são a única via de acesso à praia e aos lugares no exercício da atividade por parte das comunidades locais, nomeadamente os agricultores e os pescadores.
d) São destinados á satisfação da utilidade pública igualmente, porque são o percurso desde sempre utilizado pelas populações, entre localidades e entre freguesias confinantes.
e) Por último e, naturalmente, que o encerramento dos caminhos visa privar também, o público em geral de acesso às praias que são do Estado Português
O domínio público marítimo é integrado pelas águas dos mares e pelas águas interiores sujeitas à influência das marés, seus leitos e margens, de acordo com as definições introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro, e mantidas pela lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro.

Integram o domínio público as praias, constituídas pelas margens que apresentem uma tal natureza que, sendo contíguas ou sobranceiras às águas do mar, têm uma extensão mínima de 50 metros de largura contados a partir da linha da máxima prei-mar de águas vivas equinociais ou da crista do alcantil" (artigo 11º da Lei n.º 54/2005).
O reconhecimento dos direitos de propriedade privada sobre acessos (caminhos) parcelas de leitos e margens tidos como públicos deve ser comprovado objecto de propriedade particular ou comum antes de 31 de dezembro de 1864, pelos meios procedimentais e de prova estabelecidos pelo artigo 15º da mesma lei, impondo-se aos interessados que elidam a presunção júris tantum de dominialidade através de ação judicial a instaurar até ao ano de 2014.
Sabendo-se que aquando da aquisição da Atlantic Company (atualmente Herdade da Comporta) em 1955, todos os caminhos e acessos à orla costeira estavam construídos e eram do domínio público, não podem ser encerrados à revelia do Estado.

Assim;

A Assembleia Municipal de Alcácer do Sal, reunida em sessão extraordinária em 12/01/2013 envia a seguinte recomendação, sem votação e dada a urgência que o assunto requer, à Câmara Municipal de Alcácer do Sal;

1- A Câmara Municipal deve pugnar por todos os meios legais ao seu dispor pela manutenção dos caminhos designados por: 1 - Caminho da Ponte da Cova; 2 - Caminho da Torre; 3 - Caminho dos Brejos da Carregueira -A; 4 - Caminho dos brejos da Carregueira-B; e 5 - Caminho do Carvalhal, na Freguesia de Comporta, enquanto caminhos públicos;

2- Deve de imediato indeferir o licenciamento da construção de portões no acesso aos referidos caminhos e fazer cumprir a deliberação em ata no 15 da reunião Ordinária de 21/07/2011 da Câmara Municipal:

3- De imediato diligenciar junto da Administração de Herdade da Comporta - Atividades Agro Silvícolas e Turísticas, por forma a repor a legalidade."

Interveio a presidente da junta de freguesia da Comporta que começou por dizer que se tratava de um assunto complicado, mas com resolução, seria uma questão de todos lutarem pela sua resolução. Os caminhos rurais têm vindo a trazer alguns problemas à população da freguesia da Comporta, até ao momento não haviam portões, também não havia falta de regras na passagem nos caminhos para a praia como os Brejos da Carregueira e a Torre que são os caminhos mais utilizados, e não compreende porque é que a Herdade da Comporta resolveu pôr portões em todo o lado para evitar que possam passar para usufruir de praias tão lindas como são as da Costa Alentejana, ainda mais junto à freguesia da Comporta. Pelo facto de ter sido levantada diversas vezes em assembleias municipais esta questão dos portões e não terem uma resolução consistente para resolver este problema,

perguntou ao executivo se desde essa altura até aquele momento já havia alguma informação nova para que pudessem estar confiantes de que os portões estariam abertos à população para que possam usufruir daquele espaço como era habitual.

O presidente da câmara referiu que este problema do encerramento de caminhos públicos dá-se em todo o concelho, na Comporta é agravado porque há a questão da costa, do pisoteio da duna primária e todo o resto de que já tinham conhecimento.
Ouve a população em geral queixar-se, mas também ouve os proprietários dizerem que se deixarem o caminho fechado vão lá passar os praticantes de todo-o-terreno, espantam o gado, etc..., há um conflito de interesses que a câmara não tem muita competência para gerir, então o gabinete jurídico da câmara está a encaminhar o assunto para tribunal, tem que ser o tribunal a decidir qual é que é caminho público, qual é que não é, qual é que é legítimo encerrar. De qualquer modo, o deputado Rui Silva teve esta ideia, em vez do gabinete jurídico levar dois anos a resolver o problema via tribunal, até o juiz dizer que tem que estar aberto, ou deve estar fechado, há uma questão mais de uso daquela zona de uma forma condicionada pelas atuais regras de utilização. A ideia era fazer-se um acesso na Torre à praia, público, com um bom estacionamento, com um pavimento permeável que não alterasse a infiltração da água, que fosse vedado para as pessoas ou as motas não fazerem pisoteio. A solução era manter-se o estudo que está a ser feito pelo gabinete jurídico, que não é fácil, mas simultaneamente negociar com o Ministério do Ambiente e depois com a Herdade da Comporta, um acesso, e depois o resto viria.

O deputado Luís Pereira disse que ouviu a intervenção do presidente e ficou perplexo, o presidente disse que há um conflito de interesses, concordou, de um lado têm a Herdade da Comporta, do outro têm as populações da freguesia, a questão é saber de que lado está a câmara municipal, isso é que importa saber.
O presidente falou de uma eventual solução que é fazer uma zona de estacionamento com um espaço mais ou menos vedado, o que para o deputado é uma proposta exatamente igual a que ouviu da boca dos proprietários da Herdade da Comporta, com quem reuniu, e que está entregue no ministério há dois meses à espera de aprovação, então o presidente estava a propor uma proposta de solução que é a proposta de solução que a Herdade da Comporta já entregou. Afinal não há conflito de interesses, afinal o presidente sabe de que lado está.
Quis deixar claro que como todos já sabiam, o assunto tem vindo a ser debatido pela assembleia já há algum tempo, foi o BE quem o abordou, depois o assunto fez o seu caminho, e tornou-se um assunto que é consensual, foi debatido, e o que está em causa é uma questão que é simples, há um caminho público, no caso por exemplo da Torre, que não pode ser fechado, que tem que ser mantido como ele é, público, há um portão que lá está, que estava até há bem pouco tempo construído, mas que agora já está fechado, um portão que todos sabem que é ilegal, e se é ilegal o que é necessário fazer é cumprir a Lei. Julga que não se enganaria se dissesse que a própria junta de freguesia já aprovou uma moção no sentido de dizer que aquele portão "terá que ir a baixo", acha que a moção foi clara e foi nesse sentido.
O que precisa de saber de uma vez por todas, é que face a este problema que se agravou, como viram, porque os portões já estão fechados, e tiveram a ver o portão da Torre que fechou e antes não estava, o que julga que precisam de saber

é qual é a postura do executivo face a este problema, o que é que estão dispostos a fazer, parece-lhe que a questão é clara, porque debate não lhes falta, esta questão tem vindo a ser debatida há muito tempo, a comissão de moradores fez chegar este assunto ao executivo desde maio de 2011, a assembleia tem discutido, aprovou moções, fizeram o que tinha que ser feito, agora precisam de saber com o que podem contar por parte do executivo.

A presidente da junta de freguesia da Comporta questionou o presidente da câmara, uma vez que o mesmo já tinha essa ideia, e parece-lhe que seria o ideal, não compreende porque é que deixou passar tanto tempo, porque uma coisa é estarem a trabalhar no sentido das coisas não serem implementadas, e ai até vão conseguir alguma coisa, e outra coisa é deixar estar tudo a funcionar e só depois surgem essas ideias maravilhosas para implementar no sentido de resolver a situação, não compreende.
Como disse o deputado Luís Pereira, e muito bem, tem-se feito muita coisa, a câmara tem sido informada, tanto pela junta de freguesia, como pela comissão de moradores da Torre, porque é que deixaram a situação avançar, perguntou.

Interveio o deputado José Balona e referiu que de facto foi com uma certa ligeireza que a Herdade da Comporta meteu lá os cavalos, meteu lá o portão, e as coisas vão acontecendo, primeiro "vai o dedo, depois vai o braço", e esta questão não tem a ver só com a população da Comporta, é que existe uma zona de praia que já vem nas cartas militares há dezenas e dezenas de anos, como é o caso da Torre, há o acesso dos Brejos da Carregueira que até a própria população do Carvalhal antigamente utilizava aquele caminho que é ancestral e sempre conhecido como caminho público, e que não pode deixar de o ser. É incrível a ligeireza com que a Herdade da Comporta está a tratar do assunto, já está a fechar os portões, a ligeireza com que meteram lá os cavalos com toda a porcaria que se vê e os perigos que acarreta em termos de saúde pública, se calhar a Herdade da Comporta deveria ser mais ligeira a contribuir para que a população da Torre tivesse água canalizada, seria bom, já que têm tantos projetos para lá com zonas turísticas e de campos de golfe onde vão gastar milhões e milhões de metros cúbicos de água, se calhar poderiam preocupar-se mais com a população, porque a Comporta tem gente que vive lá há muitos anos que têm que continuar a ter as condições de vida como as outras pessoas têm, não podem ser ultrapassadas por tudo isso.
Mais uma vez frisou que a assembleia municipal deveria fazer um vínculo forte em termos de correspondência com a Herdade da Comporta, fazendo chegar a preocupação da assembleia em relação a este assunto, aos ministérios da tutela, esta questão dos caminhos é importantíssima. O presidente da câmara disse que há os caminhos públicos, os de servidão, mas a questão é que isto não pode ser tirado às pessoas, sejam elas da Comporta, sejam de qualquer outra parte do país, tem que haver ordenamento, mas isto nem é uma questão de ordenamento.
O executivo já disse noutras assembleias que o parecer que deu foi que se tratava de uma obra de escassa relevância, logo não tem que tirar uma licença, agora o problema é que aquele problema é de máxima relevância, que colide com os interesses de uma população que tem direito ao lazer, ao acesso à praia, é uma questão importantíssima.

O deputado Luís Pereira perguntou porque é que só agora surgiu a ideia de fazer na Torre um parque de estacionamento, uma praia com alguns serviços.
Parece-lhe que se trata de uma questão estratégica, ou seja, colocaram lá um portão, o caminho está fechado, depois dizem que vão tentar encontrar uma alternativa, que vão fazer lá uma praia com serviços, com parque de estacionamento, e no meio de tudo isto o portão até passa despercebido, mas ele vai lá estar, e só entra naquela praia, naquele parque de estacionamento quem a Herdade da Comporta quiser. Para o deputado tudo isto foi uma questão de estratégia, não tem nada a opor que façam dali uma praia com os devidos serviços, agora o que não aceita é que um caminho que é público, um caminho que é de todos seja vedado, isso não é negociável a troco de nada. Têm que estar eventualmente um pouco mais alerta porque se calhar virão por ai mais movimentações neste sentido, de tentar negociar isto, ou aquilo, para mudar tudo, mas no final o essencial permanecer, e o essencial é o portão, há que estar atento a isto.

Registou-se a intervenção da deputada Maria Antonieta Santos que em relação ao encerramento dos caminhos rurais na Comporta disse que queria deixar um "viva" ao Dr. Alberto João Jardim que fez uma coisa espetacular na Madeira, transformou os caminhos rurais em caminhos municipais e resolveu o problema, portanto o município é que tem autonomia sobre aqueles caminhos e acabou, tem que se arranjar uma solução.
Falou, a título de exemplo, na situação dos caminhos públicos em Cabrela, tentou fazer os caminhos em bicicleta e esbarrou com muitas vedações, portanto, isto é outra coisa que os caminhos rurais da zona de Cabrela, que pertencem à Rede Natura 2000 que tem sede lá, e tem muitos caminhos traçados, estão todos destruídos.
O presidente da câmara disse que atualmente não há dinheiro para investir na irradicação dos mosquitos, e a deputada lembra-se que há uns anos atrás o presidente informou a assembleia que a Atlantic Company estava a estudar o problema dos mosquitos e que a câmara ia com certeza colaborar, e que quem ia fazer a aplicação do produto era a Atlantic e uns senhores de nacionalidade grega. Nessa altura lembrou aos membros da assembleia que essa bactéria é muito barata de produzir, nas universidades brasileiras produzem isso em parcerias com os municípios, pelo que talvez não fosse mau contactar com os biólogos da universidade de Évora porque é muito barato produzir a bactéria, vendem é muito caro. Não sabe se a câmara entrou em contacto com alguma universidade, não tem que ser a de Évora, mas é fácil, barato, e tira os milhões de mosquitos. Este processo é feito sempre com a colaboração da população.
Sugeriu então à câmara que entrasse em contacto com a universidade de Évora que tem biólogos competentes que com certeza teriam interesse em colaborar, e em parceria com a câmara fariam alguma coisa.

Interveio a deputada Nédia Cabecinha Correia para dizer que a Proposta de Recomendação da CDU demonstra exatamente que estes caminhos são públicos, que quando os atuais proprietários da Herdade da Comporta a compraram já eram caminhos públicos e portanto não são de modo nenhum caminhos privados, não pertencem à herdade, não podem fazer nada. Se alguma vez alguma entidade pudesse fazer alguma coisa, quanto muito poderia ser o Ministério do Ambiente, ou o domínio público marítimo em função da qualidade das dunas, ou

qualquer coisa dessas, mas isso não tem nada a ver com portões da herdade, nunca seria a herdade a por esses portões, não podem porque o caminho não é da herdade, é público, e quando compraram a herdade não compraram os caminhos, de certeza que não está lá nada no registo da compra em como os comprou porque são públicos, são de todos, e a deputada que não é pescadora, nem agricultora, se lhe apetecer também quer lá ir quando quiser, e quer ter esse direito, porque até aqui aqueles caminhos foram de toda a gente e não são da herdade, e não sendo, eles não têm que lá por portões de espécie nenhuma.

O deputado Leonardo Jacinto acrescentou que se tem falado muito sobre os portões, todas as bancadas têm utilizado o seu tempo para tentar resolver o problema, e o presidente da câmara disse uma coisa que achou interessante e que se calhar podia ser uma forma de resolver essa questão, quando falou das pessoas passarem a pé ou de mota que espantavam o gado e os agricultores se queixavam, isso até é verdade, então sugeriu que em vez da Herdade da Comporta ter o portão à entrada da Torre, esse portão era vedado toda essa parte ao lado do combro, conforme está vedado à borda da estrada, faziam então os acessos para os agricultores que têm lá o gado para terem a sua privacidade, a parte lateral é que era vedada, o portão em vez de ficar ali, ficava encostado com a tal "porta de homem" para não dar acesso às motas e carros.

DELIBERAÇÃO:

FORAM ANALISADOS E DISCUTIDOS OS PONTOS REFERIDOS.

5 - PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO;

Interveio o Sr. Joaquim Ramusga que referiu a primeira intervenção do presidente da câmara quando salientou que alguém disse que o executivo não faz nada na Comporta, pensa que se estava a referir à sua pessoa uma vez que numa reunião de câmara usou esta expressão. Nessa altura ainda nem sequer sabia que a câmara não responde aos ofícios da junta de freguesia.
Os moradores da Torre constituíram-se como comissão de moradores no primeiro mandato do presidente Pedro Paredes e desde então que se têm feito representar várias vezes em sessões públicas, e pelos vistos aquilo que lá apresentam não é bem entendido pelo presidente, ou então não tem em atenção aquilo que dizem, pensa que são exageros, mas não é nada disso. Neste dia o executivo teve oportunidade de ver *in loco* os problemas dos moradores da Torre, os semáforos estão no estado em que estão, e há vários meses que falam no assunto, aquela sinalização clandestina que lá foi colocada ainda lá estava. Perguntou quem é que lá colocou a sinalização.
Realçou a urgência que a câmara deve tomar em relação a este assunto dos cavalos, oficiar a delegação de saúde de Alcácer do Sal para uma rápida inspeção das condições em que aquilo está.
Quanto à questão do licenciamento daquela obra, o presidente já respondeu até em relação a uma carta que a delegação de saúde lhe remeteu há um tempo, esclareceu que a obra não está licenciada. Onde está aquele edifício é o centro da área urbana da localidade da Torre, área urbana essa que não tem condições

de infraestruturas absolutamente nenhumas, não tem água canalizada, não tem esgotos, e agora estão há largos meses a ser "brindados" com os dejetos dos cavalos, infiltrações no aquífero, e as pessoas vão bebendo daquilo, é o que têm.
Ficou com a ideia de que a câmara teria, ao contrário do que lhes garantiram em determinada altura, licenciado os portões, e ficou preocupado porque o documento que foi aprovado como recomendação à câmara é explícito; a decisão que a assembleia de freguesia tomou em nove de novembro também é explícita, ficam preocupados com o acesso ancestral do público à praia.
Quando no verão passado o administrador da Herdade da Comporta, juntamente com o presidente da câmara de Grândola, foi entrevistado na praia, e uma jornalista lhe perguntou quais eram os acessos que havia para as praias, o senhor afirmou que havia dois acessos públicos para a praia, o que não é verdade, era o acesso da Comporta e o acesso do Carvalhal, todos os outros acessos são públicos há centenas de anos.
Quando a comissão de moradores apresentou ao executivo, há vários meses, as questões que os preocupavam "forçaram" algum *feedback*, houve um compromisso por parte da Herdade da Comporta para com os moradores da Torre, no sitio onde estão os cavalos eram para nascer feiras e mercados, onde está o picadeiro era para ser uma rua para servir a população da parte superior da localidade, tudo ficou por fazer, pelo que pediu ao presidente para que sirva de intermediário porque os senhores da herdade acham que a comissão de moradores não merece qualquer resposta aos ofícios que para lá mandam, portanto esperam que o presidente da câmara interfira para que possam cultivar uma vivência sadia, sã, naquela pequena localidade que tem pessoas tão dignas como todas as outras.

Registou-se a intervenção da Srª Maria de Jesus Horta, natural da Comporta, que se reportou aos tempos imemoriais já falados durante esta sessão, disse que gostaria de deixar um ponto de reflexão e se for possível encontrar alguma solução na medida em que estavam a assistir a entendimento entre os dois órgãos, no caso o executivo da junta de freguesia da Comporta e o executivo da câmara municipal, em alguns pontos apercebeu-se que havia situações de convergência.
Disse que se é uma grande chatice ter os dejetos dos cavalos à porta, ter os lixos e dejetos das pessoas à porta não é menos chato, referindo-se aos contentores de lixo. Como percebeu foi um dia de grandes descobertas, convidou os deputados a uma visita aos locais onde estão os contentores do lixo na Comporta durante o mês de agosto quando lá estão os turistas. Há de facto um desentendimento que considerou digno de registo, não percebendo de modo nenhum quando em agosto qualquer pessoa que por lá passe tem um espelho da Comporta uma coisa absolutamente aterradora, basta ir à rua onde estão as cocheiras e a Casa da Cultura, aqueles contentores têm lixo por tudo o que é sitio, o óleo nos caixotes do lixo normais correm pela rua abaixo, na rua da junta de freguesia também há, em pleno agosto, montes de lixo que até fica arrepiada quando vê os turistas chegarem para os restaurantes e a primeira impressão que recolhem da Comporta são aquelas montureiras inigualáveis, isto para dizer que afligindo-a aquela situação, um dia ligou para a Ambilital para tentar perceber o sistema de recolha de lixos, e o que acontece é que a ideia é que aqueles contentores que estão instalados sejam utilizados para lixo doméstico, não haja grandes utilizações, portanto à partida não seria de esperar que o lixo que vem dos restaurantes, dos supermercados, etc.., fosse encontrado ao lado dos contentores. Também lhe foi

dito por um técnico da Ambilital que quando eles vão aos estabelecimentos para falar com as pessoas nunca encontram o responsável. A Ambilital queria falar com as pessoas e combinar um local para armazenamento daqueles materiais que nunca mais acabam, fariam a recolha no local combinado e aquela situação era evitável. Ficou a perceber que afinal os caixotes do lixo não estão colocados nos sítios certos, ou seja, estão muito próximos dos restaurantes, não sabe se as pessoas vão entrar no restaurante quando se depararem com aqueles montes de lixo antes de lá chegarem, há que tomar medidas.
Está escrito no boletim da junta de freguesia de outubro de 2012: "Monos de pequena dimensão devem ser colocados junto ao contentor do lixo mais próximo da sua residência", ora onde é que querem chegar com este panorama, perguntou, tem que haver consciências e regras bem claras para todos.
Quanto à praia referiu que o deputado José Balona tinha dito que "qualquer dia as pessoas da Comporta têm que pagar para ir à praia", mas isso já acontece, porque se forem à praia antes das 18h00 não têm onde deixar o carro, não conseguem ir à praia durante o verão, mesmo indo a pé não conseguem passar, o caminho que os seus bisavós faziam está fechado, só passa se saltar a vedação.
Estão sempre a dizer que estão preocupados com a população da Comporta, mas parece que "cada um rema para seu lado" e ninguém está interessado em resolver os problemas de quem lá vive. Os turistas são muito importantes, têm que os receber bem, agora, ficou bastante constrangida quando viu pessoas chegarem em excursões e sentarem-se a merendar nos buracos à volta do edifício da junta de freguesia. É natural da Comporta e gosta que as pessoas que visitam a freguesia fiquem com uma boa imagem, mas não são só os turistas, porque se as pessoas os tratarem bem eles vão voltar e as pessoas que lá vivem terão trabalho e ganhos com isso.

Interveio a Srª Dolores Batista, moradora na Torre, falou sobre os caminhos da Comporta que sempre foram públicos. Referiu a falta de iluminação na localidade do Figueiral, e informou que há cerca de sete, oito anos que pedem para serem colocadas lâmpadas nos postes daquela localidade.

Interveio o Sr. António Sêco, munícipe do concelho e técnico na câmara de Alcácer do Sal, referiu a sugestão do deputado Frederico D'Orey para que fosse construído um caminho pedonal em *tout-venant* junto à estrada nacional, no sentido de facilitar o acesso à praia da Comporta e evitar que os munícipes circulassem na estrada. Alertou para as dificuldades técnicas de execução, uma vez que se trata de areia, e salientou duas questões burocráticas muito importantes, pelo facto de o local se encontrar numa zona de REN e se encontrar sob influência das Estradas de Portugal, ou seja, trata-se de uma estrada nacional, cujo limite de cada lado da estrada tem uma área de proteção de cerca de três metros sob jurisdição das Estradas de Portugal que obrigatoriamente carece de parecer.
Sobre o estudo de sinalética da Comporta, o próprio participou nele, andou alguns dias a percorrer a freguesia da Comporta a pé com o cabo Carvalho da GNR, procuraram de alguma forma fazer sentir nesse estudo as dificuldades que existiam e a tentativa de as ultrapassar. Essas dificuldades tinham a ver com o estacionamento caótico, com a indisciplina que se estava a verificar nos estacionamentos e logo nesse estudo, além da sinalização que foi proposta, e pode dizer que na altura em que foi feita a primeira versão e discutida com a junta de freguesia, era muito mais limitativo e rigoroso do que a última versão que foi

implementada, conseguiram entre todas as entidades, chegarem a um consenso de modo a não penalizar fortemente as pessoas, tanto os residentes da Comporta, como os visitantes. É evidente que quando se mexe em trânsito não há soluções pacíficas, há umas melhores, há outras piores. Acredita que o estudo foi difícil de implementar e houve erros que se cometeram, tanto que já foi enviado a reunião de câmara uma proposta de alteração que tem a ver única e simplesmente com a alteração de dois sentidos de ruas, e isto no sentido de facilitar o acesso à zona comercial e ao hotel, ou seja, a proposta que foi feita vai no sentido de inverter a atual Rua do Celeiro continuando na mesma só com um sentido, e depois é evidente que isto irá implicar alguns acertos de sinalização existente. Estranhamente, essa alteração apesar de já ter ido a reunião de câmara, ainda não está implementada no terreno, e só tem a lamentar não terem sido céleres a fazer isto porque estão no período ideal para o fazer, uma vez que não há grande fluxo de tráfego.
Ainda sobre este estudo de trânsito, disse que o mesmo também incluía a proposta de criação e aproveitamento de algumas zonas em estado de abandono e onde se proponha a criação de zonas de estacionamento, infelizmente, passado mais de um ano, que foi o tempo que demorou a implementação de alterações ao trânsito, esses parques de estacionamento continuam por fazer, apesar de estarem incluídos no estudo. Também eram propostas, nomeadamente na rua em frente à junta de freguesia, passadeiras elevadas em relação à estrada, no sentido de obrigar os automobilistas a cumprirem os limites de velocidade dentro da localidade da Comporta. Lamentavelmente, o estudo que foi feito não está implementado a 100%, com todas as responsabilidades civis e criminais que daí possam advir.
Em relação aos semáforos na freguesia da Comporta, referiu que é do conhecimento de todos que já há mais de um ano que estão inativos, foram feitos vários ofícios pela junta de freguesia, o próprio alertou, através de comunicação interna, para essa situação, mas eles continuam inativos. Tendo em conta que há este problema com a EDP, e que as tecnologias, também ao nível de semaforização, têm evoluído bastante, propôs que os semáforos passem a funcionar a energia solar e que se faça aproveitamento eólico para que no caso de falhar a energia solar, haja aproveitamento da energia eólica.
Quanto à sinalização ilegal na Torre, disse que já é a segunda assembleia municipal em que ouve falar deste assunto, não conhece o caso porque nunca lhe disseram para verificar o local, agora têm que ter em atenção, antes de retirarem essa sinalização se não se trata de sinalização colocada pelas Estradas de Portugal.
Os caminhos públicos suscitaram-lhe outra questão, ou seja, "caminhos públicos versus Plano Municipal de Emergência da Proteção Civil". Se permitirem que todos estes caminhos venham a ser fechados, um dia quando tiverem que acionar o PMEPC, de que caminhos é que se vão socorrer, além de que estes caminhos, para além de terem de integrar esse dito plano, no momento têm que estar devidamente referenciados porque a Autoridade Nacional de Proteção Civil não admite outro cadastro, vai ser muito complicado.

Registou-se a intervenção da Srª Cecília Oliveira, residente e proprietária de um restaurante na Comporta. Começou por falar dos contentores do lixo e dizer que os que existem é para utilização dos residentes e dos comerciantes, o problema é de todos, e tal como o resto da população, os comerciantes também não gostam de ver o lixo pelo chão, e principalmente no verão, mas não têm outra solução. Sugeriu que poupem um pouco no inverno, em vez de irem todos os dias à Comporta, irem

dia sim, dia não, para que no verão, em que o período é tão curto, dois meses no máximo, fazerem a recolha mais vezes, principalmente ao fim de semana que é quando acontecem mais situações de lixo por tudo quanto é sítio. Para além do exagero de lixos, têm também a situação do mau cheiro, porque os contentores na Comporta raramente são lavados, e o lixo é posto lá todos os dias, no verão o cheiro é insuportável.
Em relação à empresa referida pela Srª Maria de Jesus Horta, nunca ninguém se dirigiu ao seu restaurante desde há 20 anos que lá está, para falar sobre os lixos. Há sim uma empresa que lhe faz a recolha do óleo.
O maior problema do país é a falta de dinheiro, por isso é que as coisas muitas vezes não surgem, mas isso é um problema geral, que pode ser compensado um pouco com a humildade das pessoas e com boa vontade, até se consegue fazer algumas coisas que o dinheiro não faz, e na sua opinião é o que falta a todas estas entidades, porque infelizmente ninguém é autónomo e precisam todos uns dos outros, e se trabalharem todos em conjunto as coisas se calhar são mais fáceis de fazer, ou seja, as entidades de que se podem socorrer são, a junta de freguesia, a Herdade da Comporta e a câmara municipal, no caso, uma vez que a localidade está dividida, juntavam também a câmara de Grândola, e acha que há muita falta de humildade, se calhar nunca tentaram fazer uma reunião todos juntos para falar dos interesses da Comporta, cada um fala por si, cada um defende-se como pode, deviam juntar-se e falarem sobre estes assuntos que dizem respeito a todos, que é o caso dos portões, das praias, da ciclovia, etc.... O problema da ciclovia, ou seja, o problema dos estacionamentos acontece mais nos fins de semana também, porque os parques ficam cheios e as pessoas vão pondo os carros onde podem que é a beira da estrada, outra situação que se dá é que um dos restaurantes fica mesmo à beira da estrada, o "Museu do Arroz", no caminho para a praia, é também ali que os clientes estacionam, e tapam a passagem dos peões que querem ir para a praia a pé, ou de bicicleta. Se houvesse conversações entre a junta e a Herdade da Comporta talvez houvesse possibilidade de alargar um pouco os parques de estacionamento existentes de forma a desimpedir mais a estrada, junto ao "Museu do Arroz" também há uma área perto da adega que se falassem com os administradores da Herdade da Comporta talvez fosse disponibilizada para estacionamento dos clientes do restaurante, isto tudo situações que se podem resolver com boa vontade e sem empregar dinheiro.
Relativamente à sinalização na localidade, disse que mudem os sinais como mudarem, nunca haverá consenso, agrada a uns, desagrada a outros, infelizmente os parques de estacionamento na altura do verão não chegam, então vão ter que ser tolerantes. Há situações, como as que aconteceram no verão passado, que na sua opinião não podem acontecer, na rua em frente à junta de freguesia e que dá acesso ao seu restaurante e a outras casas de comércio, colocaram uma faixa amarela do lado de lá, e do lado oposto começaram a multar, num sítio onde sempre houve estacionamentos. Acha que deveria haver um pouco de tolerância no curto período que é o verão, altura em que os comerciantes conseguem ganhar algum dinheiro, é uma situação que devia ser revista.
Já teve uma conversa com a presidente da junta sobre os estacionamentos, em que sugeriu precisamente criar um parque de estacionamento, na zona entre o supermercado e o celeiro está um jardinzinho que praticamente não tem utilização nenhuma, onde existisse um parquímetro, o dinheiro poderia reverter a favor da junta de freguesia para benefício de algumas obras.

Em relação à limpeza dos Brejos da Carregueira, considerou estar difícil de chegarem a um consenso, empurram uns para os outros, ora há tanto desemprego, sugeriu que criassem um posto de trabalho para uma pessoa que se mantenha naquela zona e ajude no resto da freguesia quando por lá as coisas estivessem em ordem.

Interveio o Sr. Avelino Antunes, em representação da Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, referiu a festa da batata-doce, e disse que já sabia, que o presidente da câmara teve o cuidado de lhe dizer anteriormente qual era a posição do executivo em relação a este assunto. Este ano mandaram uma carta e pediram uma audiência, não receberam nem resposta à carta, nem audiência, contataram a câmara municipal por telefone, quando lhes disseram que iriam receber resposta à carta. Uma vez que a câmara municipal de Alcácer do Sal mantem a sua posição, nas pessoas que integram o executivo, que não apoiam a festa da batata-doce por entenderem que os agricultores discutem e fazem um almoço em que fazem uma intervenção política agrícola, e vão continuar a faze-la enquanto existir, porque estão no Portugal de Abril, e não admitem a ninguém qualquer interferência nesse sentido, é inaceitável. Vão continuar a fazê-lo porque aquele almoço e aquela intervenção que fazem é histórica, tem a ver com um almoço que reporta a uma altura, antes da festa da batata-doce, por causa do problema que houve com as rendas da Herdade da Comporta, numa época em que ainda era o escudo que circulava, e sabe que a Herdade da Comporta levava aos agricultores mais de vinte mil contos pelas rendas, e portanto fazem essa intervenção e naturalmente quando entenderem que a política agrícola não é aquela que satisfaz os pequenos e médios agricultores e a agricultura familiar, denunciam a situação, e não aceitam que o apoio seja de quem for, seja dado como contrapartida, dizendo que este tipo de intervenção não pode ser assim.
O ano passado ainda conseguiram, com os meios que têm, fazer a festa na Carrasqueira, este ano, lamentam não o poder fazer nesta localidade porque não têm o apoio da câmara municipal de Alcácer do Sal, foram solicitar apoio à junta de freguesia do Carvalhal, falaram com a junta de freguesia da Comporta que se disponibilizou a manter o seu apoio, e falaram com a câmara municipal de Grândola que prontamente se disponibilizou a prestar o apoio necessário. A festa irá realizar-se no dia 27 de janeiro no Carvalhal, concelho de Grândola. Lamentou não se realizar no concelho de Alcácer do Sal, esperam para o ano fazê-lo, farão tudo para que isso aconteça.
Esteve na assembleia municipal onde falaram sobre o combate aos mosquitos com a experiência que vinha da Bélgica, e não se esquece de uma frase que foi lá dita, e que tinha a ver com o facto de haver algum impedimento em relação ao projeto global da Comporta, então aquilo não avançaria, e tinha também a ver com o apoio financeiro. Uma coisa é ter em conta a qualidade de vida das pessoas e o combate, outra coisa é que os mosquitos ponham em causa a continuidade da atividade dos arrozais, é bom que tenham isto em conta. A atividade agrícola é indispensável, não há indústria, e a atividade turística tem que ser complementar, não pode ser em substituição da agricultura.
Era bom que houvesse uma grande discussão sobre o projeto da Herdade da Comporta que deveria ser discutido pelas populações, com as freguesias, com as câmaras, e estar ao serviço do desenvolvimento económico e social deste concelho e desta terra, e não ao serviço do "bolso" da Herdade da Comporta.

Em relação aos portões, esteve a ler as atas, nomeadamente a última ata da assembleia municipal, e há uma questão que é colocada, os agricultores não têm as "costas quentes" para tudo, em julho de 2011 tornaram público que eram contra os portões, e alguém que queira votar contra, que o faça porque entende que do ponto de vista ideológico é favorável à privatização de caminhos que são públicos, tornar privado aquilo que é público, que é disso que se trata, portanto não podem depois vir dizer que aquilo é para vir a precaver qualquer coisa que possa vir a prejudicar os agricultores.
A população também tem que se unir, têm que ir à luta, porque vão ter problemas muito graves, o IMI há de aparecer e aí haverão preços insuportáveis para estas populações devido ao projeto megalómano que está aqui na Herdade da Comporta, e o desaparecimento da agricultura não serve, nem os interesses desta região, nem os interesses do país, e não é incompatível com o turismo, deve ser complementar, e era bom que neste caso, as populações, agricultores, os pequenos comerciantes, os proprietários dos restaurantes "dessem todos as mãos", porque estão todos a ser vitimas da mesma coisa.

Interveio o cidadão Cesário Severino, morador e proprietário de um restaurante na Comporta e começou por referir que a presidente da junta de freguesia da Comporta se queixou da falta de pessoal para fazer certos trabalhos, e curiosamente para meter as proibições de circulação, num instante arranjou pessoas, a uma sexta-feira à tarde, e num dia de verão.
Disse que as entradas na Comporta, tanto para quem vem de sul, como para quem vem de norte, estão uma vergonha, é um péssimo cartão-de-visita.
A circulação na Comporta é confusa para quem vem de fora e para quem cá vive, é proprietário de um restaurante, é o seu único meio de subsistência, e os clientes queixam-se constantemente que têm dificuldade em encontrar o restaurante, porque a autarquia lembrou-se a determinada altura, em vez de direcionar o trânsito para a zona comercial, direcionou-o para a zona residencial, em nome da proteção das crianças e dos idosos, pessoas que respeita muito.
Há algum tempo falou com o presidente da câmara e propôs que pusessem em cada entrada um sinal rodoviário que indicasse que a Comporta tem um centro, há muita gente que nunca entrou na Comporta, conhecem a estrada de Tróia para sul, conhecem a praia da Comporta, mas não sabem que há uma aldeia. Conhece poucas terras cuja entrada não tenha um painel que indique que há um centro a visitar.
Acrescentou em relação à ciclovia, que sabe que de momento não há dinheiro disponível para essa obra, mas nessa mesma reunião que teve com o presidente falaram também na ciclovia e propôs uma solução muito mais interessante e se calhar muito mais prática e rentável. Existe um campo de futebol na Comporta que ninguém utiliza, está ao abandono, pensa que seria muito mais simples proibirem simplesmente o estacionamento à beira da estrada de ambos os lados, da aldeia até à entrada da praia, e formar-se uma espécie de estacionamento provisório, não sabe a quem é que pertence o terreno, mas pensa que será viável, direcionar os turistas para a Comporta e depois a partir da aldeia arranjar-se uns tratores de passageiros para levar as pessoas à praia, isso faz com que as pessoas venham à Comporta, o que não acontece atualmente. A Comporta de momento está como a presidente da junta de freguesia quer, sem ninguém.
Finalmente, falou sobre a limpeza na Comporta, disse sobre os contentores do lixo que em lado nenhum viu contentores para comerciantes e contentores para

particulares, o que viu foi respeito e falta dele, e pelo que vê na Comporta há muita falta de respeito sobretudo no verão, mas se calhar a falta de respeito também tem a ver com a frequência de recolha de lixo.
Quanto à limpeza das ruas, no verão é uma vergonha, a limpeza às ruas da Comporta é feita pontualmente quando sabem que o presidente da câmara lá se desloca, a rua da junta está sempre limpa, na rua onde há mais comércio e onde há mais lixo, é impressionante ver o lixo que se acumula e nada é feito.
A câmara de Alcácer do Sal tem na Comporta "uma pérola", mas não faz grande coisa por ela.

A presidente da junta de freguesia da Comporta interveio para dizer que lhe pareceu que o Sr. Cesário estava em campanha eleitoral para deitar abaixo a presidente da junta, porque as questões que apresentou, e a forma como o fez, algumas delas nem dizem respeito à junta.
Os sinais de trânsito referidos pelo Sr. Cesário foram realmente colocados a uma sexta-feira, e ficou muito preocupada com isso porque iria provocar muita confusão à população, a junta não tem qualquer responsabilidade sobre a sinalética, apenas acompanhou o processo e deu algumas sugestões, mas para além disso, quem dá a ordem, quem manda fazer, é a câmara municipal.
Para além disso, não percebe porque é que o Sr. Cesário disse que a presidente faz com que as pessoas não vão à Comporta, e as afasta da freguesia, quando faz precisamente o contrário, tudo o que está ao seu alcance, tudo o que pode fazer, tenta falar da freguesia e fazer chegar outras pessoas de fora para visitarem a Comporta, da qual fala muito bem.
Quanto ao lixo, a junta de freguesia em conjunto com a câmara já fizeram esse trabalho durante algum tempo porque na verdade na época de verão há sempre muito lixo espalhado, dá muito mau aspeto, é claro que é desagradável tanto para quem vive na Comporta, como para quem a visita, dá uma má imagem à freguesia. Tentou, juntamente com a câmara, atenuar o problema através da aquisição de mais contentores, mais ecopontos da empresa Ambilital, no sentido da empresa fazer uma recolha mais frequente dos lixos, e também a câmara passou a ir mais vezes recolher o lixo naquela localidade, se realmente não conseguiram ainda resolver a situação, claro que estão abertos para que em conjunto se tente melhorar esses serviços. Não têm um lugar certo para colocar os monos, mas vai à Comporta uma camioneta da câmara para fazer essa recolha, e então sensibilizaram a população no sentido de deixarem os monos nos próprios quintais, dirigirem-se à junta, ou telefonarem, sendo que de seguida a junta comunicará com a câmara para que a respetiva equipa os vá recolher, evitando assim que estejam abandonados pelas ruas, o que dá muito mau aspeto. Esse procedimento tem sido feito. Agora, tem que haver bom senso por parte das pessoas, no sentido de ajudar a câmara e a junta de freguesia, porque a junta está sempre à espera que a população também dê algum apoio, algumas sugestões e nos ajude a tentar resolver os problemas da freguesia.
Sobre as pessoas recrutadas pelo IEFP, já trabalharam com essas pessoas, até porque de outra forma não tinham ninguém para trabalhar na junta de freguesia da Comporta. Só tem um funcionário a trabalhar na junta, e não dá conta do serviço, a freguesia é muito grande, têm muito trabalho a fazer e não conseguem chegar a todo o lado ao mesmo tempo, até porque também têm escassez de materiais.

Uma vez que a câmara assume a limpeza dos Brejos da Carregueira, pensa que essas duas localidades, Brejos da Carregueira e Possanco, passem a ter a mesma dignidade que a Carrasqueira e a Comporta.

Interveio o Sr. Gonçalo Nunes, morador da freguesia da Comporta, perguntou ao executivo se a câmara poderá arrancar os portões que a Herdade da Comporta colocou, porque se um vizinho seu colocasse trancas na porta de sua casa, não ficava à espera de uma autorização do tribunal para mudar a fechadura, não ficava preso dentro da sua própria casa, o caminho é público, é de todos, alguém foi lá por um portão, ora tem que se arrancar e depois se as pessoas que lá o meteram acharem mal é que têm que meter um processo em tribunal. Nessa altura, em tribunal, dizem: "estes senhores foram por um portão no nosso caminho, não tinham que o por, nós é que somos os agentes públicos, a câmara de Alcácer do Sal". Se a Herdade da Comporta ganhar na primeira instância, vão para a segunda e sucessivamente, agora não podem estar à espera que se faça democracia. A solução será, a assembleia municipal deliberar no sentido de que a câmara retire os portões, e a câmara arrancar, porque enquanto isso não acontecer, e enquanto aqueles portões lá estiverem, a câmara é responsável pela suspensão da democracia na freguesia da Comporta, e para que a mesma volte à freguesia é importante aqueles portões saírem de lá.

Voltou a intervir a Sr.ª Cecília Oliveira para sugerir que a presidente da junta de freguesia da Comporta e o presidente da câmara "enterrem os machados de guerra" e passar a haver presidência aberta na Comporta, porque é muito importante o executivo ir lá e ver os problemas que existem, não por carta, e-mail, ou telefone, mas sim deslocarem-se à Comporta, andarem nas ruas, analisarem bem as situações, porque é assim é que elas são realmente convincentes, e a população tem esse direito.

O presidente da assembleia disse que é bom aproveitarem as assembleias municipais descentralizadas, problemas levantados, questões bem definidas, e sobretudo a aproximação das pessoas quando trabalham para o bem comum.

Interveio a Srª Fátima Custódio, moradora na Comporta, referiu que uma das coisas muito faladas foi a alteração dos sinais de trânsito na Comporta, mas não ficou a perceber se realmente vai voltar a haver trânsito na Rua do Comércio, ou não. Se já existe uma decisão, ou se ainda está em fase de estudo, perguntou.

Em resposta à Srª Cecília, a presidente da junta disse que não estava em guerra com o presidente da câmara, surgiu um problema há uns atrás com a presidência aberta, mas continuaria a fazê-las se fosse da mesma forma como faziam anteriormente, com uma organização de trabalho, uma listagem dos assuntos a tratar, ir aos locais, tomar nota desses assuntos, depois cada um movimentava-se no sentido de resolver as situações. Se isso não acontecer dessa forma, como deixou de acontecer, é claro que como são feitas também não concorda, então não vale a pena andar só a passear pelas ruas da Comporta sem ter um trabalho de fundo para fazer.

O presidente da assembleia municipal acrescentou que cada um tem as suas razões, mas o que gostaria era que efetivamente as suplantassem.

Interveio o presidente da câmara para referir que a maior parte das intervenções do público foram apelos, sugestões, quanto ao apelo manifestado pela Srª Cecília para que as presidências abertas na Comporta fossem retomadas, disse que da sua parte está disponível para o fazer.
Informou ainda que acusou formalmente a Associação de Agricultores do Distrito de Setúbal, está registado em ata, não vale a pena repetir argumentos. A questão do uso de dinheiros públicos para uma iniciativa (festa da batata-doce) que pareceu, na altura, excessivamente partidarizada, não tinha nada a ver com os agricultores.
Disse que no próximo ano, ou ele próprio, ou o colega que o irá substituir, organizará a festa da batata-doce para os agricultores e não para a Associação de Agricultores.
Faz todo o sentido aquilo que disse o Sr. Cesário Severino sobre a existência de vaivém que faça com que as pessoas estacionem na aldeia, comam na aldeia e depois vão para a praia.

O vereador Hélder Serafim esclareceu que como responsável por o serviço de resíduos, não lhe agrada que haja montureiras, ou que haja lixo no chão, há muitas coisas que a câmara pode resolver, mas não a questão do respeito e do civismo da utilização dos próprios equipamentos.
Um dos grandes problemas que acontecem, não só na Comporta, mas por todo o país, é a falta de civismo de quem utiliza os equipamentos. Já aconteceu os serviços da câmara terem que ir à Comporta recolher o papelão que está à volta do contentor porque os funcionários da Ambilital não conseguem chegar ao contentor, e o mais grave é que o contentor está completamente vazio.
Explicou o processo de recolha utilizado pela Ambilital.
Sobre a questão dos monos disse que existe um número de telefone da EMSUAS para onde as pessoas podem ligar e combinar para que façam a sua recolha.
Em relação aos semáforos adiantou que a questão da utilização de painéis solares é uma questão que a câmara está a pensar explorar, no entanto informou que já tiveram uma experiência que não correu bem.
Quanto à sinalização ilegal disse que o responsável político é ele próprio, mas como muitas vezes faz trabalho técnico, quando o trabalho não é executado dentro da normalidade, tem a responsabilidade de pedir satisfações por o serviço não ter sido bem executado.
Relativamente à utilização dos contentores do lixo, o regulamento é claro, os contentores do lixo são para todos, e principalmente no verão houve o cuidado de reforçar o número de contentores porque já haviam verificado que havia essa necessidade. Na questão da recolha ser efetuada mais vezes, o município tem algumas dificuldades, tanto no número de funcionários, como no número de viaturas. Só duas freguesias é que têm esse serviço os sete dias da semana, uma outra tem seis dias da semana, outra cinco, e as outras na ordem dos quatro dias, sendo que por vezes só conseguem lá ir uma vez por semana. Por vontade da câmara contratavam mais pessoas, o que no momento não é permitido pelo Governo, compravam equipamentos, mas agora não têm dinheiro. O serviço da recolha do lixo, atualmente, é todo suportado pelo município, tal como a lavagem dos contentores. Atualmente, Alcácer do Sal é o único município do Litoral Alentejano, excepto Odemira, que já faz parte de outro distrito, que faz atualmente lavagem de contentores, todos os outros municípios, por dificuldades financeiras

abandonaram. Atualmente o município de Alcácer gasta 20 mil euros por ano para conseguir fazer a lavagem dos contentores três vezes por ano, de modo a garantir o mínimo das condições necessárias.
Segundo o vereador, a questão dos Brejos da Carregueira ficou resolvida a partir deste dia, mesmo criando muitos problemas a nível de recursos humanos, vai ter que inventar soluções, mas também é para isso que está na câmara, para resolver os problemas.
A questão da circulação na Comporta é um pouco confusa, o plano que foi aprovado, no momento, só tinha uma alteração que é a inversão de trânsito na rua da Casa da Cultura, e na rua que serve a entrada para o Hotel que também vai ficar invertida. Essa alteração foi analisada por um técnico da câmara, por a junta de freguesia e pela GNR, após o verão.
Em relação à questão do aproveitamento do campo de futebol para estacionamentos, considerou uma boa ideia, mas teria que se arranjar uma carrinha ou um trem, isso tem custos, no entanto é uma questão a equacionar.

6 - PERIODO DE INTERPELAÇÃO GERAL E DE ESCLARECIMENTOS PELO EXECUTIVO.

O presidente da assembleia sugeriu prescindir do ponto - 6, uma vez que o executivo já havia prestado os esclarecimentos necessários às questões apresentadas, o que foi aceite pelos deputados da assembleia municipal.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Nada mais havendo a tratar, o presidente declarou encerrada a sessão, pelas 20h40 horas do dia 12 de janeiro do ano dois mil e treze. Eu, Teresa Margarida Emídio da Graça, assistente técnica, redigi a presente ata que assino com o presidente da assembleia municipal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A ASSISTENTE TÉCNICA